

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	8
ARTICULAÇÕES TERRITORIAIS	12
Articulação 1 - Resgate da cidadania nos territórios mais vulneráveis	14
Articulação 2 - Estruturação do Arco do Futuro	16
Articulação 3 - Fortalecimento das Centralidades Locais	20
Articulação 4 - Requalificação das áreas centrais	22
Articulação 5 - Reordenação da Fronteira Ambiental	24
EIXOS TEMÁTICOS	26
Eixo 1 - Compromisso com os Direitos Sociais e Cívicos	27
Objetivo 1 - Superar a extrema pobreza na cidade de São Paulo	28
Objetivo 2 - Melhorar os resultados da cidade no IDEB	28
Objetivo 3 - Ampliar a oferta de vagas para educação infantil	28
Objetivo 4 - Melhorar o acesso a e a qualidade dos serviços de saúde	28
Objetivo 5 - Ampliar o acesso à cultura	29
Objetivo 6 - Ampliar o acesso à moradia adequada	29
Objetivo 7 - Implantar um programa territorializado de prevenção da violência	29
Objetivo 8 - Promover a prática de atividades esportivas	30
Objetivo 9 - Garantir acessibilidade e mobilidade nos espaços públicos	30
Objetivo 10 - Promover uma cultura de cidadania e tolerância	30
Objetivo 11 - Requalificar os espaços públicos	31
Eixo 2 - Desenvolvimento Econômico Sustentável com Redução das Desigualdades	31
Objetivo 12 - Promover o crescimento econômico e a geração de postos de trabalho na cidade	32
Objetivo 13 - Promover a cidade de São Paulo como centro de tecnologia e inovação	32
Objetivo 14 - Proteger os recursos naturais da cidade	32
Objetivo 15 - Ampliar os índices de coleta seletiva	32
Objetivo 16 - Qualificar o sistema de ônibus municipal e ampliar as áreas de circulação exclusiva	33
Objetivo 17 - Melhorar a mobilidade urbana reduzindo o índice de lentidão no trânsito	33
Objetivo 18 - Reduzir a ocorrência de enchentes	33
Eixo 3 - Gestão Descentralizada, Participativa e Transparente	34
Objetivo 19 - Aproximar a Prefeitura do cidadão	34
Objetivo 20 - Promover a participação e o controle social da administração pública	34
Objetivo 21 - Revisar o marco regulatório do desenvolvimento urbano de forma participativa	35
ANEXO - METAS POR ARTICULAÇÃO TERRITORIAL	36
Resgate da cidadania nos territórios mais vulneráveis	37
Arco do futuro	39
Fortalecimento das redes de centralidades locais e das redes de equipamentos públicos	40
Requalificação da área central	41
Reordenação da fronteira ambiental	42

APRESENTAÇÃO

Em 2008, uma mobilização da sociedade civil conseguiu fazer com que a Câmara Municipal de São Paulo aprovasse a criação do Programa de Metas. A partir daquele momento, todo prefeito eleito tem a obrigação de apresentar em até noventa dias após a sua posse um programa que descreva as prioridades de seu governo, explicitando as ações estratégicas, os indicadores e as metas quantitativas para cada um dos setores da administração pública municipal. O Programa de Metas é, portanto, uma maneira de o governo selar compromissos com a população em torno das principais iniciativas que serão implementadas ao longo da gestão.

Nesse sentido, o **Programa de Metas 2013-2016** pode ser entendido como a consolidação do programa de governo *Um Tempo Novo Para São Paulo*, que, em 2012, foi escolhido nas urnas pela maioria da população paulistana. Para construí-lo, a **Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão** comandou um processo de consulta a mais de duas dezenas de órgãos da administração direta e indireta. De posse desse conjunto inicial de dados, prospecções

e aspirações, o desafio foi construir, no exíguo prazo disponível, um planejamento não só factível, como coerente e afinado com a visão de cidade defendida no programa de governo que saiu vitorioso das eleições.

Assim, o que orientou a construção da presente proposta de Programa de Metas a ser submetida ao crivo da população nos próximos 30 dias não foi a lógica advinda da forma de organização do executivo municipal, ou seja, a “lógica de secretarias”, mas a profunda convicção de que é necessário começar a dar um basta a um processo de crescimento urbano que tem sido pautado exclusivamente pelo andamento dos interesses privados. Foi esse o princípio que presidiu o processo de construção da organicidade do Programa de Metas, que foi desenvolvida com a colaboração constante da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano**. Se o Programa tem de expressar

a visão de cidade que São Paulo e sua população aspiram para si, então ele deve ser muito mais do que pura e simplesmente um “listão” de metas quantitativas. O Programa deve traduzir essa visão num sistema de planejamento, que ordene os compromissos do executivo para colocar suas ações no rumo desejado. Metodologicamente, o caminho encontrado foi partir de **objetivos estratégicos**, aos quais as metas encontram-se associadas, e organizar as referidas metas segundo **eixos temáticos e articulações territoriais**. Por razões que já adiantamos, mas que ficarão mais claras mais à frente, estas duas diferentes clivagens que organizam o conjunto das metas complementam-se e são absolutamente indispensáveis uma à outra. Por outro lado, os objetivos estratégicos traduzem-se em indicadores que fazem parte, eles mesmos, de sua constituição. A associação de indicadores a objetivos estratégicos ainda está inconclusa, mas será completada ao longo do próximo período.

Vale enfatizar que a consecução de um Programa de Metas que prima pela organicidade só foi possível pela existência prévia de um programa de governo, que deu o norte para que esta peça de planejamento pudesse ser produzida. No que se segue, tentaremos apresentar de modo sumário, mas, espera-se, compreensível, tal estrutura orgânica, esperando que a população de São Paulo possa contribuir para o aperfeiçoamento do Programa de Metas que ora vem a público.

INTRODUÇÃO

O fio condutor do presente **Programa de Metas** foi a constatação de que os mais de 11 milhões de paulistanos convivem com uma realidade profundamente desigual e desequilibrada, resultado não apenas do baixo investimento na cidade, mas principalmente de um longo processo de formação histórica no qual a maioria dos governos municipais atuou sem o uso de mecanismos de planejamento. Os investimentos se realizaram de maneira desordenada e com pouca articulação entre os diversos entes e secretarias da própria prefeitura. As ações ficaram sobrepostas em alguns espaços, enquanto outros continuavam abandonados. E os planos de superação das desigualdades perderam-se ao longo do tempo, amarelados nas gavetas da burocracia e da ineficiência. O crescimento explosivo de São Paulo e sua transformação, em poucas décadas, na estonteante megalópole que conhecemos foi um processo que acabou por ocorrer com pouquíssima participação do poder público, produzindo os resultados perversos que todos conhecemos.

O Programa de Metas 2013-2016 dá um passo no sentido de mudar essa história. Além de apresentar os principais compromissos de gestão com a construção e melhoria de equipamentos e serviços públicos, o Programa propõe que estes se realizem de acordo com uma estratégia de ação territorial para a cidade de São Paulo, coordenada de maneira transversal pelo conjunto das unidades que compõem a prefeitura.

Na metodologia utilizada para a construção do Programa de Metas 2013-2016, as metas referem-se aos produtos concretos que a Prefeitura pretende entregar à população ao longo dos próximos quatro anos de gestão. Tais metas foram selecionadas a partir de um diagnóstico em torno dos objetivos estratégicos aos quais elas se relacionam, levando em consideração o benefício efetivo esperado da implementação desses equipamentos e serviços ao munícipe. Portanto, como já adiantado, enquanto verdadeira ferramenta de planejamento público, o Programa de Metas 2013-2016 vai além de listar os compromissos prioritários, mas os organiza segundo seus efeitos esperados ao longo do território e em relação à consecução de um determinado objetivo estratégico.

Assim, as **100 metas** do Programa de Metas 2013-2016 estão agrupadas segundo **três eixos temáticos** que se desdobram em **21 objetivos estratégicos**. Além disso, as metas se distribuem no território segundo um modelo de desenvolvimento urbano proposto em **5 articulações territoriais**.

As análises e os resultados previstos no Programa de Metas 2013-2016 serão apresentados à população em audiências públicas que ocorrerão ao longo do mês de abril em toda a cidade de São Paulo. A população poderá conhecer os detalhes das ações previstas para a sua região e contribuir para o aperfeiçoamento das estratégias propostas. A versão final do Programa de Metas 2013-2016 será divulgada após essas consultas públicas e passará periodicamente por um processo de repactuação participativa, de modo a garantir transparência e efetividade ao planejamento público.

Nosso horizonte é o de permitir uma análise coletiva da dimensão estratégica do planejamento, revisando não apenas as metas propostas, mas a evolução dos objetivos e indicadores a elas associadas. Entendemos que planejar significa compreender que a ação de hoje é definitiva para o resultado de amanhã e que uma cidade menos desigual depende de iniciativas coordenadas e conscientes a respeito de seus objetivos para o futuro. Mais do que uma lista de compromissos, o Programa de Metas 2013-2016 é um convite para que juntos a Prefeitura e os moradores de São Paulo possamos dar início à implementação de uma política de planejamento participativo e territorializado, rumo à construção da cidade que realmente queremos.

ARTICULAÇÕES TERRITORIAIS

As ações de governo – obras, programas ou serviços – modificam as condições de vida e incidem na alteração ou consolidação da lógica de estruturação urbana. O Programa de Metas 2013-2016 e seu conjunto de iniciativas busca uma orientação territorial muito clara: a redução expressiva das desigualdades socioespaciais para a estruturação de uma cidade reconhecida como lugar em que se vive com qualidade e que oferece oportunidades para todos.

A visão enunciada deverá ser reforçada por um novo pacto que garanta uma política urbana em direção à justiça territorial. A revisão participativa do marco regulatório – que inclui revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE), da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) e dos Planos Regionais Estratégicos

(PREs) – busca criar condições e garantias para que os interesses da coletividade se afirmem e direcionem as políticas públicas municipais. Da mesma forma, regula a produção privada do espaço urbano e consolida os instrumentos para a gestão democrática da cidade. Nesse contexto, destacam-se dois aspectos fundamentais da Emenda 30 à Lei Orgânica do Município: a obrigatoriedade das metas serem regionalizadas e a exigência de que estejam em conformidade com o Plano Diretor vigente.

Considerando esses dois princípios e partindo das macrozonas e macroáreas estabelecidas pela Lei nº 13.430/2002, são propostas **cinco**

articulações territoriais:

- **Resgate da cidadania nos territórios mais vulneráveis;**
- **Estruturação do Arco do Futuro;**
- **Fortalecimento das centralidades locais e das redes de equipamentos públicos;**
- **Requalificação da área central;**
- **Reordenação da fronteira ambiental.**

As articulações envolvem conjuntos de metas e estabelecem a combinação entre duas dimensões

distintas da sua regionalização: (i) a dimensão espacial das ações setoriais, que apontam para territórios adequados para cada política pública; e (ii) a dimensão espacial do novo modelo de desenvolvimento urbano, que aponta a política adequada para cada território. Tal combinação cria bases para que a visão de cidade permeie, além deste Programa de Metas, o conjunto dos instrumentos de compõem o sistema municipal de planejamento e que incidem sobre diferentes temporalidades: os Planos Plurianuais; as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais. Ao mesmo tempo, permite monitorar e avaliar as ações de governo segundo a lógica territorial proposta. Consolida-se, com isso, um salto qualitativo em direção a uma mudança estrutural na cidade de São Paulo. No que se segue apresentaremos a lógica que presidiu a definição de cada uma dessas cinco articulações, bem como exemplos de metas que as tornarão realidade. Ao final deste volume o leitor interessado encontrará o conjunto das metas que estão associadas a cada uma delas. Como será fácil perceber, há metas que se encontram em mais de uma das articulações territoriais, o que é da natureza desse tipo de organização.

1 RESGATE DA CIDADANIA NOS TERRITÓRIOS MAIS VULNERÁVEIS

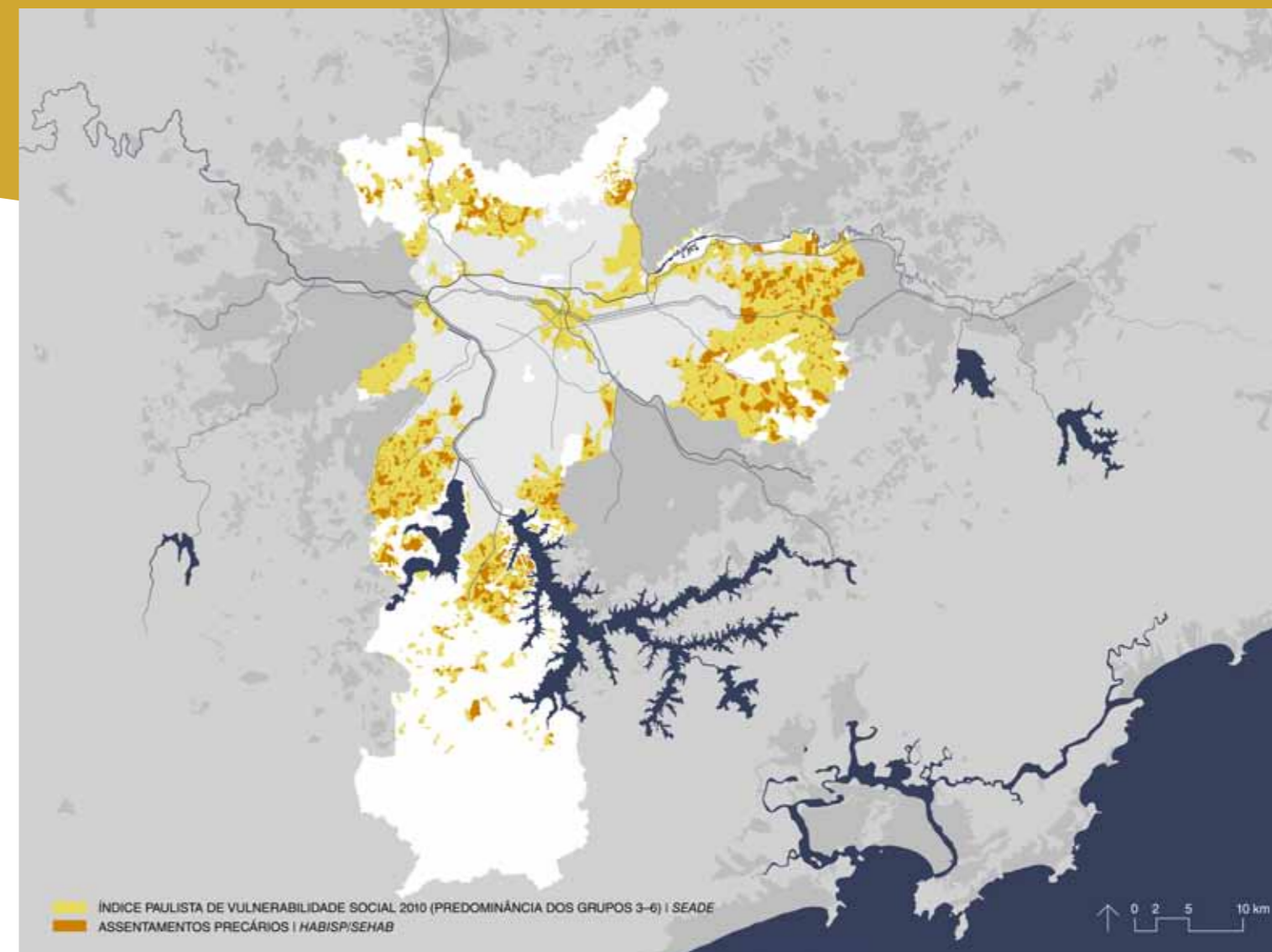
Ação integrada nas áreas que concentram a pobreza, envolvendo transferência de renda, serviços públicos, inserção urbana e participação política

O resgate da cidadania pressupõe a integração das políticas que atuem em três dimensões distintas e combinadas: (i) vulnerabilidades relacionadas às condições de vida das famílias – tais como insuficiência de renda e precária formação educacional; (ii) questões relacionadas à inserção urbana dos domicílios – insegurança na posse, falta de saneamento básico, de iluminação pública e de mobiliário urbano; (iii) iniquidade no acesso aos serviços públicos e insuficiência nos canais de participação e controle social. Essas três dimensões sobrepõem-se no espaço e por isso a priorização nas áreas da cidade que concentram os grupos mais vulneráveis marca uma estratégia eficiente de combate à pobreza na cidade.

A reversão desse quadro inicia-se com a execução das metas inseridas no universo das políticas sociais. A melhoria das condições de vida das famílias estará amplamente vinculada às políticas de educação e saúde, cuja capilarização se manifesta em metas como: expansão da oferta de vagas por meio da construção de 243 Centros de Educação Infantil (CEI); construção de 65 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e um Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI); implantação de 43 novas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), segundo o modelo

de UBS Integral; e a instalação de 32 unidades da Rede Hora Certa. Em todas essas metas prioridade absoluta será dada aos territórios mais vulneráveis. As políticas sociais se fundamentam na presença massiva dos programas de transferência de renda. O cadastramento de 280 mil famílias no Cadastro Único dará condições para que o benefício do Programa Bolsa Família alcance 501 mil famílias (228 mil novas). Também aqui os espaços mais beneficiados serão os territórios vulneráveis, pois é aí que se encontra a maioria das famílias em tal situação. Ao mesmo tempo, destacam-se as ações de proteção básica e especial, como a implantação de 60 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e 7 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Às ações sociais relacionadas à educação, saúde e assistência, somam-se nesses territórios os investimentos de melhoria na qualidade do habitat, seja no combate ao déficit habitacional, com a produção de novas moradias, seja na transformação dos assentamentos precários da cidade pelo programa de urbanização de favelas, seja na garantia de segurança da posse no programa de regularização fundiária. As condições dos bairros estarão relacionadas



também à implementação do programa de recuperação de calçadas “Caminho Seguro” e à execução de rotas acessíveis. Ganham ainda destaque a criação de 18 mil pontos de iluminação pública e o acesso às áreas verdes, financiadas pelo sistema de contrapartida para fins de implantação de áreas verdes e aquisição de terrenos para parques.

A política de mobilidade, por sua vez, terá como grandes beneficiários os habitantes das regiões mais vulneráveis, seja pela redução no tempo de deslocamento (com a construção de 150 km de corredores de ônibus), seja pelas inovações na

política tarifária – que será modernizada e terá seu espectro ampliado com as tarifas temporais (bilhetes mensal, semanal e diário).

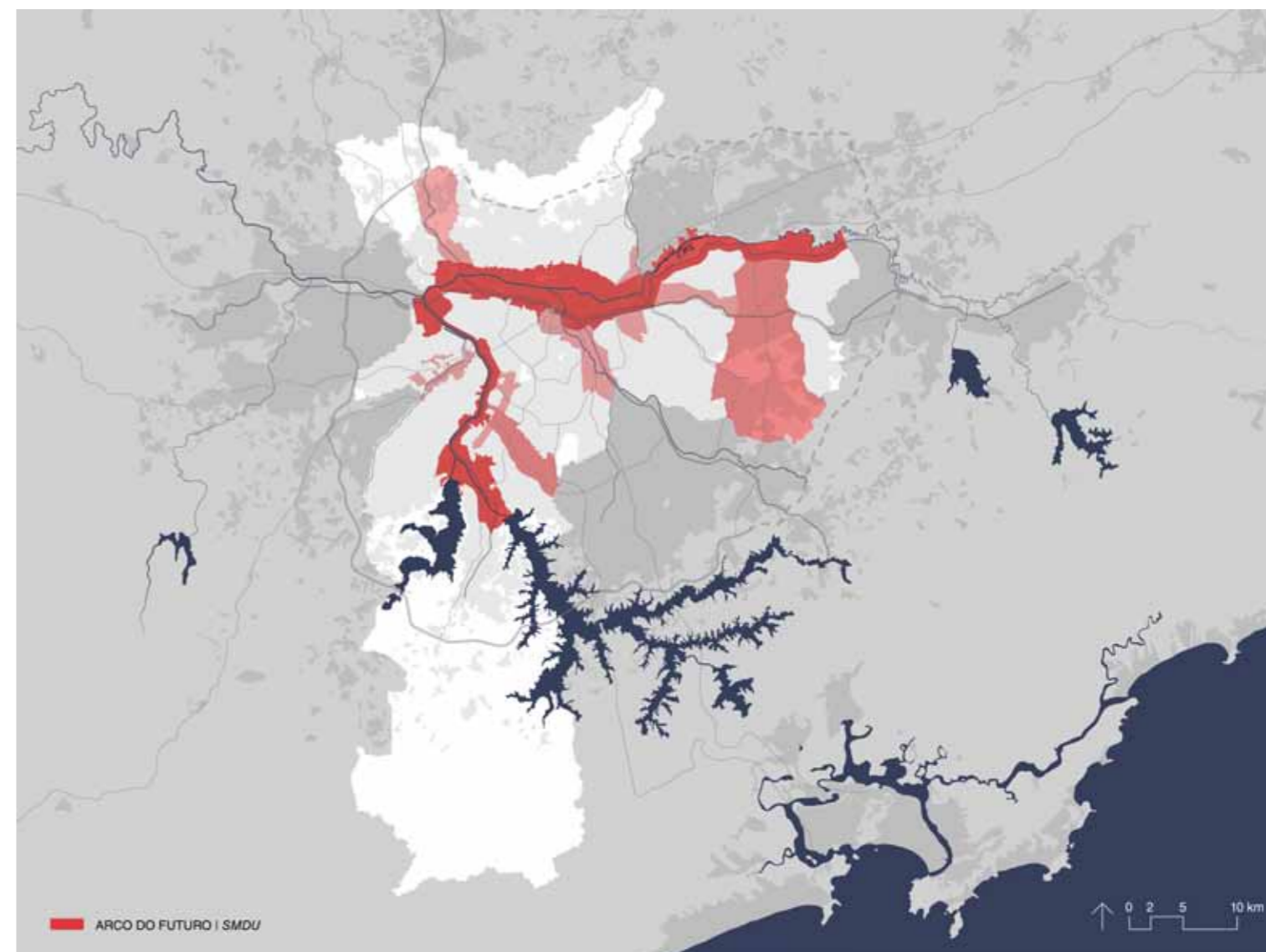
A superação das condições de vulnerabilidade social caminha em direção à afirmação do conjunto dos direitos sociais na medida em que seja vinculada ao fortalecimento dos canais de participação e controle social, com especial destaque à implementação de conselhos participativos nas subprefeituras. Em função disso, as metas relacionadas a esse objetivo ganham outra dimensão ao serem vinculadas ao conjunto de metas para os territórios precários.

2 ESTRUTURAÇÃO DO ARCO DO FUTURO

Desenvolvimento equilibrado, integrado aos recursos ambientais e com aproveitamento das infraestruturas existentes e das planejadas

O Arco do Futuro é um território estratégico para alterar o modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo em direção a uma cidade mais equilibrada dos pontos de vista urbanístico, ambiental, econômico e social. Seu perímetro combina três elementos estruturantes no processo de formação da cidade: os dois principais rios – Pinheiros e Tietê, que drenam as principais bacias hidrográficas; a existência das ferrovias, que determinaram a localização das estruturas produtivas ao longo dos séculos XIX e XX, e a presença de antigas áreas industriais, cuja reestruturação abre espaço a um novo aproveitamento pela cidade.

Tais condições devem ser repensadas à luz dos novos ciclos de desenvolvimento. Uma nova conformação deve ser orientada para este território: os terrenos fabris subutilizados devem dar lugar à construção de moradias, atendendo sobretudo a demanda de habitação de interesse social e de mercado popular, e aos novos usos produtivos em função de uma nova geografia econômica e novos requisitos de localização; o sistema ferroviário, cada vez mais voltado ao transporte de passageiros, precisa se articular aos outros sistemas de mobilidade local e metropolitana, incluindo corredores de ônibus, metrô e ciclovias; e as águas e parques, mediados por espaços públicos qualificados,



devem se aproximar da vida cotidiana da cidade e, também, mitigar problemas de drenagem urbana e de aquecimento da atmosfera (ilhas de calor).

O adequado aproveitamento desse território marca uma estratégia de longo prazo para São Paulo. Sua viabilização, entretanto, precisa ser encaminhada desde logo para que não se percam as oportunidades de desenvolvimento ordenado da cidade. Nesse sentido, dois conjuntos de estratégias precisam ser encaminhados. Em primeiro lugar, com vistas à ordenação desse espaço, é fundamental regular a sua transformação, ensejada nos planos e projetos urbanos, para que a produção privada seja uma aliada das estratégias desejadas. Em segundo lugar, é preciso ordenar as ações de governo para que os investimentos públicos na cidade sigam o novo modelo de desenvolvimento urbano. As metas agrupadas nesta articulação territorial marcam, portanto, a conexão de um modelo de longo prazo com o conjunto de ações que serão desenvolvidas no período 2013-2016.

O Arco do Futuro pretende articular processos de transformação urbana de escala macrometropolitana e metropolitana à mobilidade e acessibilidade de escala local, mediante, por exemplo, a articulação de infraestruturas

de mobilidade como linhas de trem da CPTM, avenidas expressas e rodovias. Busca-se promover a qualificação desses eixos, hoje barreiras urbanas e meios de deslocamento e passagem, convertendo-os em centralidades lineares e destinos. Ao mesmo tempo, verifica-se a necessidade de expansão desses sistemas, com destacada prioridade ao desenvolvimento da rede de transporte público. Embora não localizadas integralmente no Arco, as metas de construir 150 km de novos corredores de ônibus e implantar horário de funcionamento 24 horas no transporte público municipal, potencializarão a sua articulação com a cidade e facilitarão sua conexão com áreas com menores índices de emprego por habitante. Da mesma forma, ganha destaque a implementação de diretrizes relativas à mobilidade local, que se traduz principalmente na implantação de 400 km de ciclovias, com sinalização, estacionamento e sistema de empréstimo e de passeios públicos adequados, acessíveis e qualificados. O desenvolvimento de um sistema de mobilidade que articule diversos modais de transporte, permitindo deslocamentos locais e metropolitanos, viabiliza seu melhor aproveitamento, a partir do adensamento de população e empregos.

Para alcançar a desejada qualificação do território do Arco do Futuro e a necessária redução das desigualdades socioterritoriais

do município, é imprescindível a diversificação de usos e a adoção de políticas públicas que aproximem moradia e emprego. Dessa forma, parte da meta de produção de unidades habitacionais de interesse social e mercado popular do município será dirigida ao Arco do Futuro. O adensamento pretendido não se restringe à população residente, mas inclui também o aumento da oferta de emprego para que se obtenha redução da distância média de deslocamento diário da população e, conseqüentemente, dos congestionamentos. Para tanto, destaca-se uma série de iniciativas que almejam a dinamização econômica e das oportunidades de desenvolvimento profissional, como a adoção dos programas de incentivos da Zona Leste e o apoio à implantação de instituições de ensino por meio da doação de terrenos para sua construção, como a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

Os espaços públicos de lazer e convivência, a proximidade e o acesso aos recursos naturais (áreas verdes, rios e córregos) são inquestionavelmente benéficos à população e ao meio urbano. No Arco do Futuro, esses elementos aparecem de forma destacada e em diversas escalas: em uma escala ampla, que articula dois importantes patrimônios ambientais

do município – as represas Guarapiranga e Billings e o Parque Ecológico do Tietê; na escala local, além da realização de obras de melhoria da drenagem urbana, propõe-se revelar córregos afluentes dos rios Pinheiros e Tietê, aproximando-os do cotidiano da população, por meio da associação entre o tratamento das calhas dos rios e a implantação de parques lineares e espaços públicos qualificados.

3 FORTALECIMENTO DAS CENTRALIDADES LOCAIS E DA REDE DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Qualificação dos centros de bairros e ampliação, integração dos usos e gestão integrada da rede de equipamentos públicos

A ampliação e qualificação da rede de centralidades estrutura o modelo de desenvolvimento urbano policêntrico e promove maior equilíbrio na distribuição das ofertas públicas e oportunidades de desenvolvimento local e pessoal. A reversão do modelo atual, de concentração de empregos, infraestrutura e serviços no Centro Expandido (área que concentra hoje 2/3 dos empregos da cidade) requer a implementação de políticas públicas descentralizadas que permitam reequilibrar a oferta de emprego e moradia, aproximar os serviços públicos do cidadão e reduzir a demanda por deslocamentos de longa distância.

A criação de novas centralidades e a qualificação das existentes viabilizam-se pela articulação territorial das diversas ações de governo em núcleos distribuídos por toda a cidade. A expansão da rede de transporte público planejada, a implementação de novos equipamentos sociais, a ampliação e qualificação dos espaços públicos e de participação das comunidades são estruturadoras de políticas públicas que repercutem na escala local.

A revisão do Marco Regulatório é um importante processo para a reversão do atual modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo. O desenvolvimento local, objeto dos 32 Planos

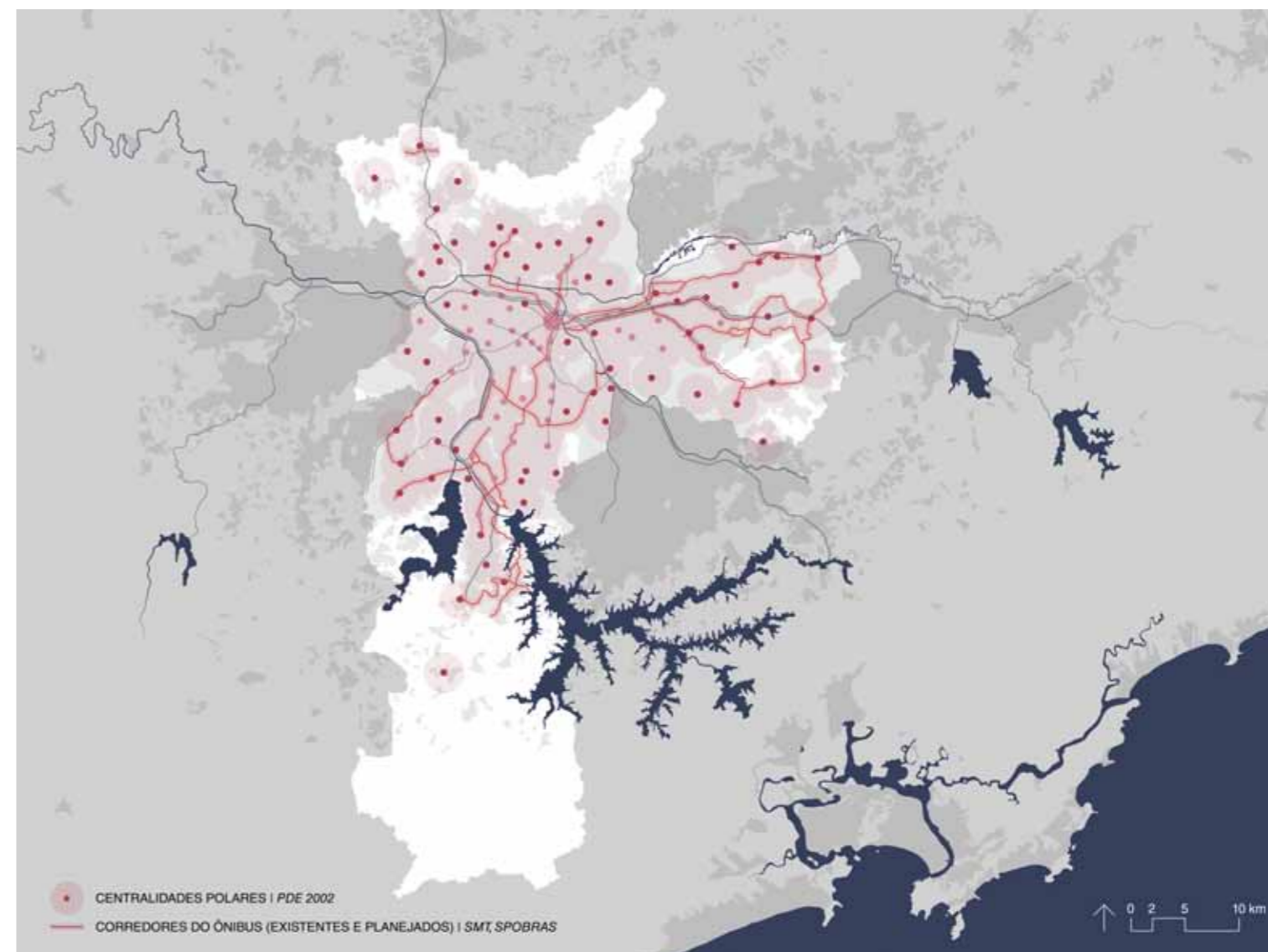
Regionais Estratégicos das Subprefeituras, encontra na ampliação e qualificação da rede de centralidades e da rede de equipamentos uma relevante plataforma de proposição coletiva. O planejamento territorial começará a ser traduzido pela criação de 32 programas de requalificação do espaço público e melhoria de bairro e a implementação de 42 áreas de conexão wi-fi aberta, com qualidade e estabilidade de sinal. O acesso a esses núcleos será fortalecido e ampliado pela implementação de corredores de ônibus e de faixas exclusivas, cuja articulação com as redes de transporte público existentes permitirá potencializar o desenvolvimento, não apenas dos núcleos, mas do conjunto dos bairros.

A rede de equipamentos públicos servirá de apoio tanto para a maior equidade na oferta de serviços quanto para o estímulo do desenvolvimento local e comunitário. Sua implantação e a interação com o entorno por meio de melhorias urbanísticas ampliam o potencial transformador e permitem que os benefícios reverberem para além dos espaços edificados. Da mesma forma, a integração dos usos e a gestão compartilhada dos espaços conformados como pontos de referência fortalecem a presença pública no território. Articuladas aos equipamentos existentes a ampliação e a qualificação da rede de equipamentos

garantem a integração das diferentes metas e políticas públicas. Nesse contexto, ganham destaque grandes equipamentos de usos múltiplos, a serem construídos ou requalificados como a ampliação da rede CEU em 20 unidades e a requalificação dos Centros Desportivos das Comunidades (CDCs) e Clubes-Escola com seus usos ampliados e gestão aprimorada.

Em relação aos equipamentos culturais, haverá a implantação de pelo menos 1, nos 19 distritos em que hoje eles não se fazem presentes.

Serão também viabilizados dois novos Centros Culturais de Referência, e 31 polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), para a formação de professores. Essas iniciativas, relacionadas à cultura e conhecimento, permitirão, por sua vez, oferecer oportunidades de desenvolvimento pessoal, afirmando o sentido de uma cidade criativa. Ao mesmo tempo criam-se condições para capilarizar o acesso aos serviços e programas relacionados a essas áreas, como os 300 novos pontos de cultura e os 500 projetos fomentados pelo Programa para Valorização das Iniciativas Culturais (VAI).



4 REQUALIFICAÇÃO DA ÁREA CENTRAL

Apropriação do centro como referência de toda a cidade, a partir da requalificação dos equipamentos urbanos, dos espaços para pedestres e da habitação social

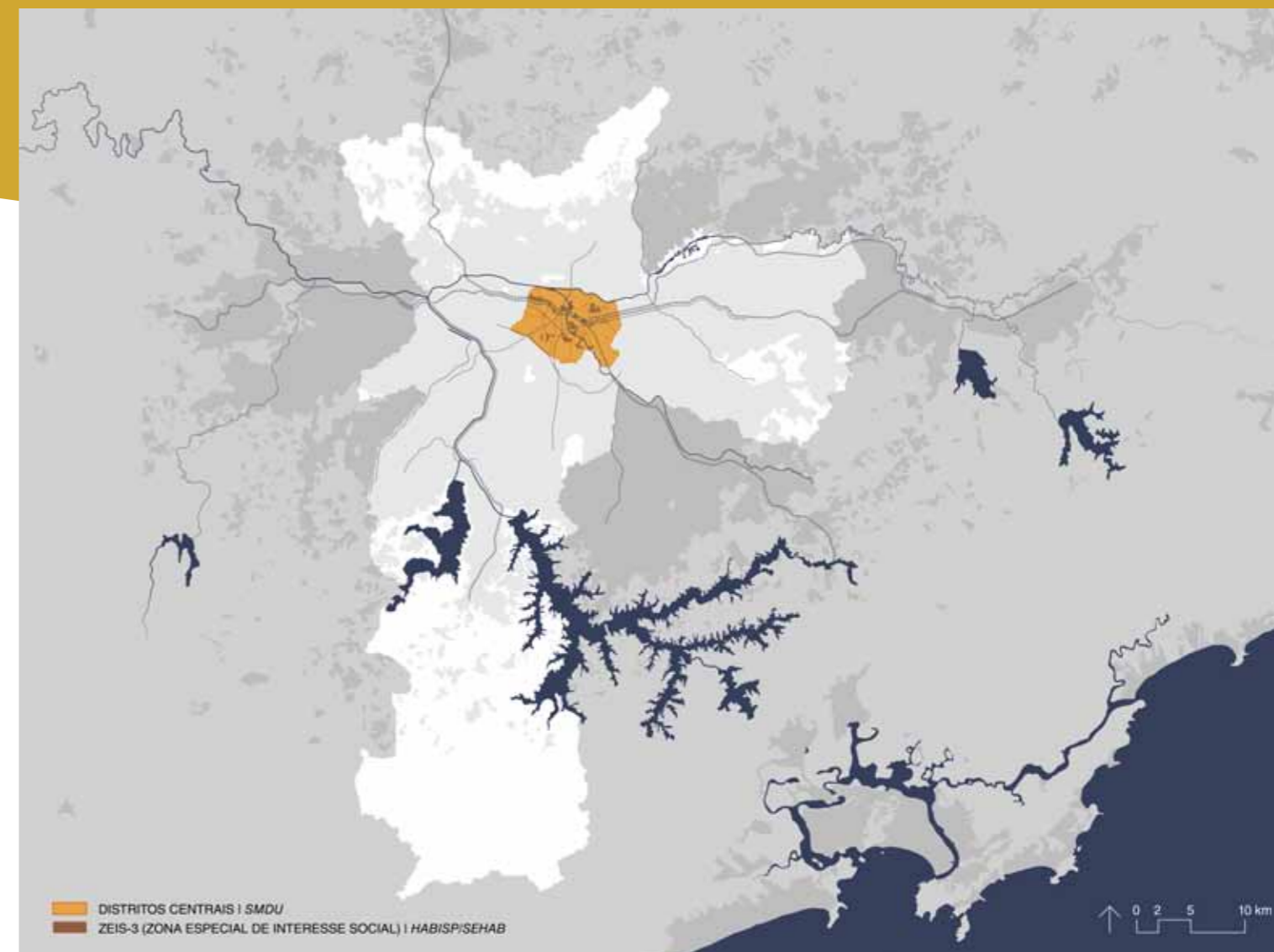
A valorização e requalificação da área central partem do reconhecimento do seu profundo significado social, simbólico, econômico e funcional para São Paulo. O enfoque multissetorial na articulação das ações de governo considera dentre as diversas dimensões dessa área: (i) o fato de ser referência de memória e identidade de São Paulo; (ii) o fato de ser patrimônio histórico e cultural, construído por inúmeras gerações, ao longo da formação da cidade; (iii) o fato de ser ponto de encontro, de diversidade e ter localização privilegiada; (iv) sua importância econômica e sua diversificação, expressa tanto pela forte economia popular, como pela multiplicidade e quantidade dos serviços que oferece; (v) o fato de constituir estoque para o desenvolvimento de uma política habitacional para a área central, garantindo diversidade social e de usos e garantindo a aproximação de emprego e moradia, desta feita trazendo moradia para onde os empregos existem.

O conjunto das ações previstas busca criar condições para que, cada vez mais, o centro seja apropriado por toda a população. A inteligência das intervenções territoriais e a qualidade do projeto urbano permitirá o fortalecimento

dos espaços públicos que articulam todas as dimensões citadas anteriormente. A qualidade das calçadas, a integração dos caminhos que ligam os diversos equipamentos culturais e a remodelação do Anhangabaú privilegiam esses espaços como integradores tanto da coesão social como da diversidade de pessoas e de funções nessa área da cidade.

Um centro voltado a todos passa necessariamente pela estruturação de políticas públicas que consolidem uma produção massiva de habitação social, tanto por meio de novas moradias que utilizem terrenos subaproveitados, como pela readaptação de edificações vazias a serem transformadas em unidades habitacionais. Nesse sentido, e aproveitando a retomada de uma tendência de crescimento populacional positivo, a política de habitação social no Centro articula as metas desse programa, com o compromisso de produzir 20 mil habitações em parceria com o Governo Estadual nos próximos anos.

Os espaços de encontro e conectividade marcam a referência de identidade do Centro.



A realização de uma Virada Cultural por ano no centro da cidade, que reforça o sentido de apropriação, pode ser complementada pelos usos integrados dos diversos espaços culturais, para que a população conheça e utilize cada vez esse patrimônio. Ao mesmo tempo implantar áreas de conexão à internet sem fio potencializará o desfrute dessa área, inclusive como destino turístico de brasileiros e estrangeiros. Finalmente, em função da participação significativa das viagens não motorizadas, a implantação das rotas acessíveis e de ciclovias fará do Centro, cada vez mais, um lugar de todos.

5 REORDENAÇÃO DA FRONTEIRA AMBIENTAL

Articulação de projetos que compatibilizem proteção ambiental, melhoria da qualidade do habitat e criação de oportunidades de trabalho

A articulação territorial das metas na Fronteira Ambiental visa à ordenação das franjas urbanas, lugar da extrema periferia que precisa ser qualificada, e das áreas de interesse ambiental, que precisam ser protegidas e ter seus recursos conservados. Esta ordenação busca deflagrar novas sinergias a partir da integração de planos, programas e intervenções nessas regiões, considerando os aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais. Isso permite compatibilizar a proteção ambiental, por meio da constituição de usos compatíveis à manutenção dos serviços ambientais, com a melhoria da qualidade do habitat, por meio da implementação de infraestrutura e reurbanização dos assentamentos precários, além da criação de oportunidades de geração de trabalho e renda. As ações estão vinculadas a duas escalas interdependentes: a metropolitana, com ênfase no município, e também a local ou da paisagem. Na escala metropolitana serão identificadas as diversas características, precariedades e oportunidades existentes, bem como a vocação e o potencial de cada região que conforma a fronteira.

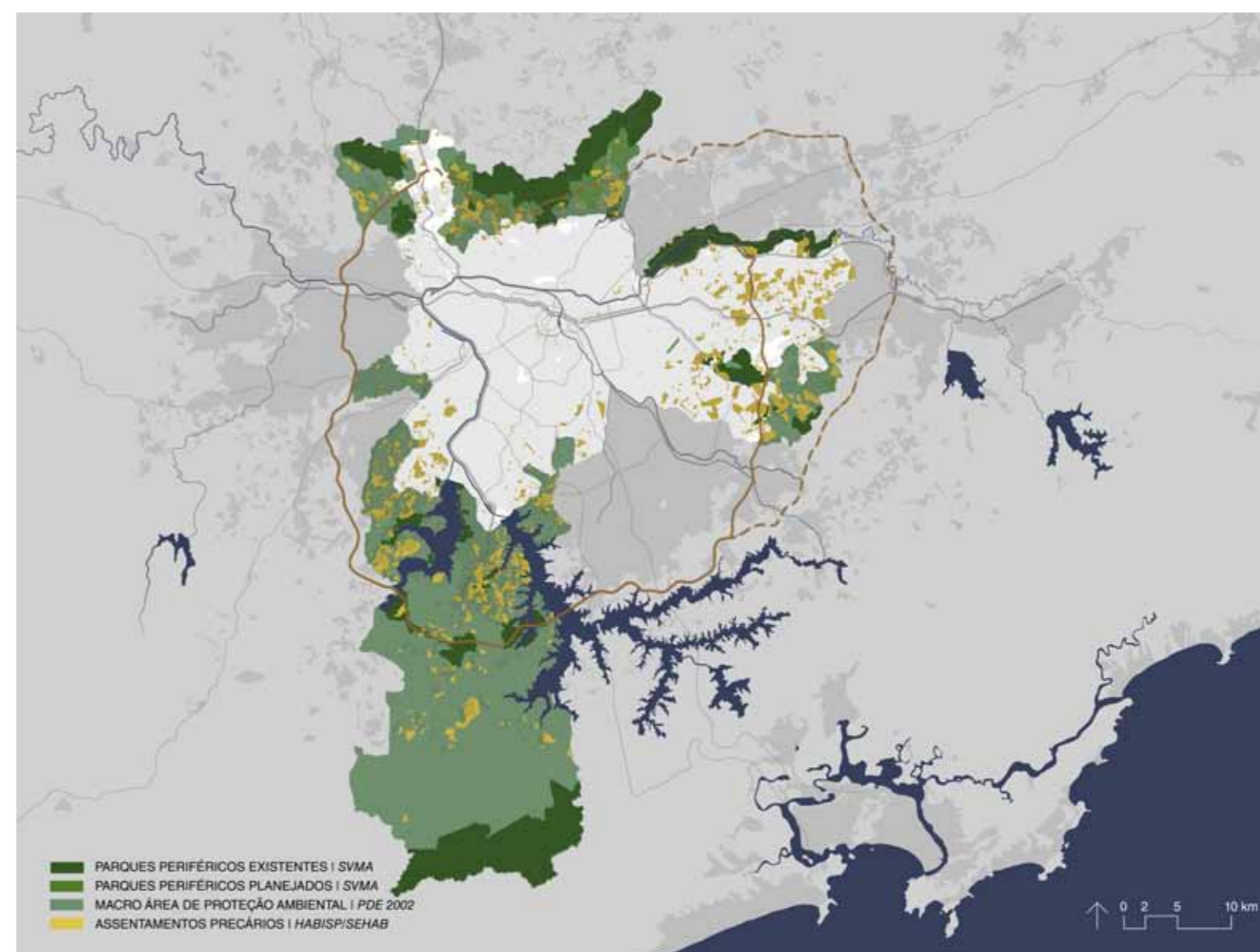
Esse processo visa dar subsídios à configuração da macrozona de proteção ambiental e estabelecer prioridades para a ação integrada na Fronteira Ambiental. Já a escala da paisagem detalha cada ponto específico de intervenção e sua relação com o entorno. Para cada trecho, serão elaborados planos de gestão e intervenção, com projetos urbanos e planos de negócios capazes de atender às suas demandas específicas.

A criação e a manutenção de Parques Urbanos, Parques Lineares e Unidades de Conservação municipais, bem como a instituição de uma regulamentação que vise ao desenvolvimento social e econômico com conservação de recursos naturais são pontos fundamentais da reordenação da Fronteira Ambiental. Da mesma forma, a criação de 400 Núcleos de Defesa Civil intensificarão a presença dos mecanismos de proteção e de controle sobre as áreas de risco.

Ao lado dos planos de negócios e da regulamentação do pagamento por serviços ambientais, haverá espaço para o Programa Bolsa Trabalho, vinculado às atividades nas áreas de interesse

ambiental e ao Programa Bolsa Família. Essas áreas contarão ainda com a implementação de atividades culturais e esportivas, por meio do Programa de Valorização da Cultura e da implantação de pontos de cultura e centros esportivos. Além disso, é essencial focar a precariedade habitacional e urbana existente na Fronteira Ambiental. Haverá regularização de lotes pelo Programa de Regularização Fundiária, favelas

e loteamentos serão urbanizados e unidades habitacionais serão construídas nessas fronteiras. Isso será complementado pelos investimentos em infraestrutura, pela requalificação dos espaços públicos nos bairros e pela melhoria da iluminação pública e da acessibilidade. Também serão priorizados os deslocamentos não motorizados e a sua integração ao sistema de transporte público.



EIXOS TEMÁTICOS

Além de uma estratégia territorial, o Programa de Metas 2013-2016 também estabelece diretrizes de execução para as iniciativas do poder público que buscam unificar as ações nos diversos territórios, funcionando como eixos integradores.

Tais diretrizes estão organizadas em três eixos temáticos:

- **Compromisso com os direitos sociais e civis;**
- **Desenvolvimento econômico sustentável para a redução das desigualdades;**
- **Gestão descentralizada, participativa e transparente.**

Cada eixo apresenta um conjunto de objetivos estratégicos que apontam aspectos importantes para a melhoria da vida na cidade de São Paulo. As metas são algumas das iniciativas que possibilitarão o alcance desses objetivos.

EIXO 1

COMPROMISSO COM OS DIREITOS SOCIAIS E CIVIS

Como já deve ter ficado claro por conta da explanação sobre as articulações territoriais que devem organizar as ações e iniciativas do poder público municipal nos próximos quatro anos, na visão de cidade aqui presente não é concebível imaginar uma reestruturação do espaço urbano e uma reordenação de seu desenvolvimento que não passe por um forte compromisso com os direitos sociais e civis da totalidade da população. Foi precisamente a ausência desse compromisso que produziu o cenário desolador do ponto de vista humano e social que é necessário reverter. Foi com essa convicção em mente que os 11 objetivos estratégicos a seguir foram formulados, bem como foram definidas as metas associadas a cada um deles.

OBJETIVO 1

Superar a extrema pobreza na cidade de São Paulo, elevando a renda, promovendo a inclusão produtiva e o acesso a serviços públicos para todos

- **Meta 1** – Inserir aproximadamente 280 mil famílias com renda de até meio salário mínimo no Cadastro Único para atingir 773 mil famílias cadastradas;
- **Meta 2** – Beneficiar 228 mil novas famílias com o Programa Bolsa Família;
- **Meta 3** – Implantar 60 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS);
- **Meta 4** – Implantar 7 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);
- **Meta 5** – Garantir 100.000 vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC);
- **Meta 6** – Formalizar aproximadamente 22.500 microempreendedores individuais.

OBJETIVO 2

Alcançar ao final de 2015 o índice no IDEB de 5,4 (anos iniciais) e 5,3 (anos finais) do Ensino Fundamental e garantir a alfabetização na idade certa (até 8 anos) para todos os alunos matriculados na Educação Básica

- **Meta 7** – Valorizar o profissional da educação por meio da implantação de 32 polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- **Meta 8** – Ampliar a jornada escolar de 100 mil alunos da Rede Municipal de Ensino, aderindo ao programa federal Mais Educação;
- **Meta 9** – Ampliar a Rede CEU em 20 unidades.

OBJETIVO 3 – Ampliar em 150 mil a oferta de vagas para a educação infantil, assegurando a universalização do atendimento em pré-escola para crianças de 04 e 05 anos, atendendo a demanda declarada por creches em 01/01/2013 e consolidando o Modelo Pedagógico Único

- **Meta 10** – Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 243 Centros de Educação Infantil – CEI (71 em andamento com o Governo do Estado e 172 em parceria com o MEC);
- **Meta 11** – Construir 65 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) e um Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI);
- **Meta 12** – Expandir a oferta de vagas para educação infantil por meio dos novos CEUs;
- **Meta 13** – Expandir a oferta de vagas para Educação Infantil por meio da rede conveniada e outras modalidades de parcerias.

OBJETIVO 4

Ampliar o acesso, aperfeiçoar a qualidade, reduzir as desigualdades regionais e o tempo de espera e fortalecer a atenção integral das ações e serviços de saúde

- **Meta 14** – Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir e instalar 32 unidades da Rede Hora Certa distribuídas em cada uma das subprefeituras;
- **Meta 15** – Desenvolver o processo de inclusão do módulo do prontuário eletrônico do paciente

(PE) na rede municipal de saúde, integrada ao Sistema SIGA;

- **Meta 16** – Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 3 hospitais, ampliando em 750 o número de leitos do sistema municipal de saúde;
- **Meta 17** – Recuperar e adequar 16 hospitais municipais, com a ativação de 250 leitos;
- **Meta 18** – Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir e instalar 43 Unidades Básicas de Saúde – segundo o modelo da UBS Integral;
- **Meta 19** – Reformar e ampliar os serviços de 14 prontos-socorros e 6 AMA 24 horas existentes, transformando-os em UPA;
- **Meta 20** – Implantar 5 novas UPA III (3 hospitalares e 2 isoladas).

OBJETIVO 5

Ampliar o acesso da população à cultura, por meio de equipamentos e ações, a partir da sua descentralização no território

- **Meta 21** – Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir e instalar pelo menos 1 equipamento cultural nos 19 distritos que não possuem qualquer tipo de equipamento público de cultura;
- **Meta 22** – Alcançar um calendário anual que inclua uma Virada Cultural no Centro, 2 descentralizadas e mais 3 outros eventos temáticos;
- **Meta 23** – Viabilizar dois novos Centros Culturais de Referência;
- **Meta 24** – Ampliar a Rede de Pontos de Cultura na cidade, com a inclusão de 300 novos pontos;

- **Meta 25** – Criar e efetivar o Fundo Municipal de Fomento à Cultura;
- **Meta 26** – Apoiar 300 artistas por meio do programa Bolsa Cultura;
- **Meta 27** – Atingir 160 projetos anuais dos programas de Fomento ao Teatro, Dança e Cinema;
- **Meta 28** – Atingir 500 projetos fomentados pelo Programa para Valorização das Iniciativas Culturais (VAI) e pelo VAI 2.

OBJETIVO 6

Ampliar o acesso à moradia adequada

- **Meta 29** – Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e produzir 55 mil unidades habitacionais;
- **Meta 30** – Beneficiar 70 mil famílias no Programa de Urbanização de Favelas;
- **Meta 31** – Beneficiar 200 mil famílias no Programa de Regularização Fundiária.

OBJETIVO 7

Implantar um Programa Territorializado de Prevenção da Violência e da Criminalidade

- **Meta 32** – Implantar 18.000 novos pontos de iluminação pública eficiente;
- **Meta 33** – Ampliar o efetivo da Guarda Civil Municipal em 2.000 novos integrantes;
- **Meta 34** – Capacitar 6.300 agentes da Guarda Civil Metropolitana em Direitos Humanos e 2.000 em Mediação de Conflitos;
- **Meta 35** – Reformular a Operação Delegada utilizando 1/3 do efetivo para o patrulhamento noturno em áreas com altos índices de violência;

- **Meta 36** – Integrar os sistemas das diversas instituições municipais para melhorar o aproveitamento das informações (Guarda Civil Metropolitana, Companhia de Engenharia de Tráfego, SAMU, Defesa Civil);
- **Meta 37** – Obter terreno, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir e instalar uma Casa da Mulher Brasileira em São Paulo;
- **Meta 38** – Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir e instalar mais uma Casa Abrigo e uma Casa de Passagem para ampliar a capacidade de atendimento de proteção às mulheres vítimas de violência.

OBJETIVO 8

Promover a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer

- **Meta 39** – Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir e instalar 2 Centros Olímpicos de Iniciação e Formação;
- **Meta 40** – Criar 1 Parque de Esportes Radicais;
- **Meta 41** – Abrir 32 equipamentos esportivos para uso 24 horas nos finais de semana por meio do programa “Revirando a Virada”;
- **Meta 42** – Requalificar 50 equipamentos esportivos entre Centros Desportivos da Comunidade (CDC) e Clubes-Escola;
- **Meta 43** – Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir e instalar 5 Centros de Iniciação Esportiva – CIEs.

OBJETIVO 9

Garantir a acessibilidade e mobilidade urbana nos espaços públicos e de uso público no que tange às dimensões arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental e atitudinal

- **Meta 44** – Tornar acessíveis 850 mil m² de passeios públicos;
- **Meta 45** – Efetivar o funcionamento da Central de Libras, Intérpretes e Guias-Intérpretes – CELIG no período de 24h/dia;
- **Meta 46** – Garantir a oferta de vagas a todas as crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e seu acompanhamento nos moldes do BPC Escola;
- **Meta 47** – Ampliar a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, garantindo 100% da frota acessível;
- **Meta 48** – Revitalizar os Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI) ampliando a oferta de vagas para crianças com necessidades especiais.

OBJETIVO 10

Promover uma cultura de cidadania e tolerância, reduzindo as manifestações de discriminação de todas as naturezas

- **Meta 49** – Criar e efetivar a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- **Meta 50** – Viabilizar a implementação das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que incluem no currículo oficial da rede de ensino a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;

- **Meta 51** – Criar e efetivar a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres;
- **Meta 52** – Reestruturar os 5 Centros de Cidadania da Mulher, redefinindo suas diretrizes de atuação;
- **Meta 53** – Desenvolver ações permanentes de combate à homofobia e respeito à diversidade sexual;
- **Meta 54** – Implantar a Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos e Combate à Discriminação e à Intolerância;
- **Meta 55** – Implementar a Educação em Direitos Humanos;
- **Meta 56** – Criar a Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça no âmbito do Executivo Municipal.

OBJETIVO 11

Requalificar os espaços públicos

- **Meta 57** – Requalificar a infraestrutura e os espaços públicos do Centro, incluindo a renovação dos calçadões e projetos estratégicos no Vale do Anhangabaú, Parque Dom Pedro II, Pátio do Pari e os arredores do Mercado Municipal;
- **Meta 58** – Implantar 42 áreas de conexão wi-fi aberta, com qualidade e estabilidade de sinal;
- **Meta 59** – Criar 32 programas de requalificação do espaço público e melhoria de bairro.

EIXO 2

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL COM REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Hoje há praticamente um consenso em torno da ideia de que o desenvolvimento econômico não pode mais ser pensado como puro e simples crescimento do produto e da renda. A forma como se dá esse crescimento torna-se cada vez mais importante, pois um crescimento desordenado pode gerar consequências danosas de vários pontos de vista, independentemente de elas serem ou não capturadas pelas estatísticas de valor adicionado. Assim, se é importante que o poder público atue como agente fomentador do desenvolvimento econômico local buscando a criação de empregos e a adequação tecnológica do município é, por sua vez, imprescindível que ele atue igualmente como o elemento que monitora esse crescimento, evitando resultados que perpetuem as desigualdades sociais e espaciais, aprofundem os problemas de drenagem e de mobilidade urbana e desequilibrem o meio ambiente. Ao mesmo tempo, o executivo municipal deve tomar iniciativas não só para impedir a continuidade desse crescimento contraditório como também para reverter decisivamente esses processos. Foi esse o espírito que guiou a elaboração dos 7 objetivos estratégicos que se seguem, bem como das metas associadas a eles.

OBJETIVO 12

Promover o crescimento econômico e a geração de postos de trabalho na cidade de São Paulo

- **Meta 60** – Criar e efetivar a Agência São Paulo de Desenvolvimento;
- **Meta 61** – Criar uma agência de promoção de investimentos para a cidade de São Paulo a partir da expansão da atuação da Companhia São Paulo de Parcerias – SPP;
- **Meta 62** – Criar e efetivar o Programa de Incentivos Fiscais nas Regiões Leste e extremo Sul.

OBJETIVO 13

Promover a cidade de São Paulo como centro de tecnologia e inovação

- **Meta 63** – Obter terreno, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e instalar 1 Centro Tecnológico Municipal na Zona Leste e apoiar a criação do Centro Tecnológico Estadual do Jaguaré;
- **Meta 64** – Implantar o programa VAI TEC para incentivo de desenvolvedores de tecnologias inovadoras, abertas e colaborativas;
- **Meta 65** – Apoiar a implantação da UNIFESP e do Instituto Federal São Paulo nas Zonas Leste e Norte, respectivamente.

OBJETIVO 14

Proteger os recursos naturais da cidade, conservando as áreas de mananciais, ampliando o sistema de áreas verdes, preservando os recursos hídricos e monitorando as áreas de risco

- **Meta 66** – Concluir as fases I e II e iniciar a fase III do Programa de Mananciais, beneficiando 70 mil famílias;
- **Meta 67** – Criar e efetivar um programa de incentivos fiscais para carros elétricos e prédios verdes;
- **Meta 68** – Criar um sistema de contrapartida para fins de implantação de áreas verdes e financiamento de terrenos para parques;
- **Meta 69** – Readequar 34 parques e Unidades de Conservação Municipais;
- **Meta 70** – Criação de 400 Núcleos de Defesa Civil – NUDEC.

OBJETIVO 15

Ampliar os índices de coleta seletiva oficial no município de 2% (2012) para 10%

- **Meta 71** – Ampliar a coleta seletiva municipal para os 21 distritos que ainda não são atendidos;
- **Meta 72** – Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 4 centrais de triagem automatizadas;
- **Meta 73** – Implantar 84 novos Ecopontos (Estações de Entrega Voluntária de Inservíveis).

OBJETIVO 16

Ampliar as áreas de circulação exclusiva e qualificar o sistema de ônibus municipal, aumentando a velocidade média dos horários de pico de 14 km/h (ago/2012) para 25 km/hora

- **Meta 74** – Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 150 km de corredores de ônibus;
- **Meta 75** – Implantar as novas modalidades temporais de Bilhete Único (Diária, Semanal e Mensal);
- **Meta 76** – Implantar horário de funcionamento 24 horas no transporte público municipal;
- **Meta 77** – Implantar 150 km de faixas exclusivas de ônibus.

OBJETIVO 17

Melhorar a mobilidade urbana universal reduzindo o índice de lentidão no trânsito e diminuindo o número de mortes em acidentes de trânsito

- **Meta 78** – Implantar uma rede de 400 km de vias cicláveis;
- **Meta 79** – Modernizar a rede semaforica;
- **Meta 80** – Realizar as obras previstas no âmbito da Operação Urbana Consorciada Água Espreada (OUCAE);
- **Meta 81** – Projetar, licitar, licenciar e garantir a fonte de financiamento para a execução do Plano Viário Sul;
- **Meta 82** – Projetar, licitar, licenciar e garantir a fonte de financiamento para viabilizar as obras do apoio viário norte e sul da Marginal do Rio Tietê.

- **Meta 83** – Concluir obras do complexo Nova Radial;
- **Meta 84** – Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir a ponte Raimundo Pereira de Magalhães.

OBJETIVO 18

Reduzir a ocorrência de enchentes e alagamentos, diminuindo o índice anual de pontos de alagamento por mm de chuva

- **Meta 85** – Intervir em 79 pontos de alagamentos por meio do Programa de Redução de Alagamentos – PRA;
- **Meta 86** – Realizar intervenções de macrodrenagem nos córregos Ponte Baixa, Zavuvus, Sumaré/Água Preta, Aricanduva, Praça da Bandeira e Av. Anhaia Mello;
- **Meta 87** – Desenvolver o programa de drenagem e manejo das águas pluviais, com a criação de uma instância municipal de regulação, articulação e monitoramento da drenagem urbana.

EIXO 3

GESTÃO DESCENTRALIZADA, PARTICIPATIVA E TRANSPARENTE

Uma gestão pública com firme compromisso com os direitos sociais e civis e com clareza sobre a necessidade de orientar o processo de crescimento urbano e de desenvolvimento econômico de modo a evitar o aprofundamento das contradições que o crescimento desgovernado até agora produziu seria inconsequente e incoerente se não contemplasse em suas perspectivas uma ampla e democrática participação popular e um compromisso igualmente firme com a transparência do processo de gestão. Por outro lado, numa cidade com o gigantismo de São Paulo participação e transparência exigem descentralização. Foram esses os princípios que regeram os 3 últimos objetivos deste Programa, bem como as metas que deverão tornar realidade cada um deles.

OBJETIVO 19

Aproximar a Prefeitura do cidadão, descentralizando e modernizando a gestão, aumentando a qualidade dos espaços e serviços e reduzindo o tempo de espera no atendimento

- **Meta 88** – Criar 32 Centros de Atendimento ao Cidadão (CAC);
- **Meta 89** – Criar a Subprefeitura de Sapopemba
- **Meta 90** – Ampliar e modernizar os serviços oferecidos por meio do telefone 156;
- **Meta 91** – Implantar a Central de Operações da Defesa Civil para a gestão de riscos e respostas a desastres;
- **Meta 92** – Implantar o Gabinete Digital como instrumento de transparência e participação social;
- **Meta 93** – Implantar um Sistema de Informação Geográfica com dados abertos e livre consulta pelo público.

OBJETIVO 20

Promover a participação e o controle social na administração pública municipal

- **Meta 94** – Criar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e mais 6 Conselhos Temáticos;
- **Meta 95** – Realizar 18 Conferências Municipais Temáticas;
- **Meta 96** – Criar Conselhos Participativos nas 32 subprefeituras;
- **Meta 97** – Implementar todos os conselhos gestores previstos em lei.

OBJETIVO 21

Revisar o marco regulatório do desenvolvimento urbano de forma participativa

- **Meta 98** – Revisar o Plano Diretor Estratégico;
- **Meta 99** – Revisar a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;
- **Meta 100** – Revisar os Planos Regionais Estratégicos.

PROGRAMA DE METAS 2013-2016: UM CONVITE AO PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO

Reduzir as desigualdades em uma cidade do tamanho e da complexidade de São Paulo não é tarefa fácil. O Programa de Metas 2013-2016 reconhece os limites de seu horizonte temporal para fazer frente a uma história de ações desordenadas e concentradoras sobre o território paulistano. Mas, ao mesmo tempo, se propõe a dar os primeiros passos no caminho da construção de um processo de planejamento participativo e transparente que aponte os eixos de superação das desigualdades sociais, econômicas e regionais. O esforço de elaboração do Programa de Metas 2013-2016 foi o de ir além da lista de metas, apontando objetivos estratégicos e articulações territoriais sobre os quais se pretende alcançar resultados efetivos. Tais objetivos e articulações

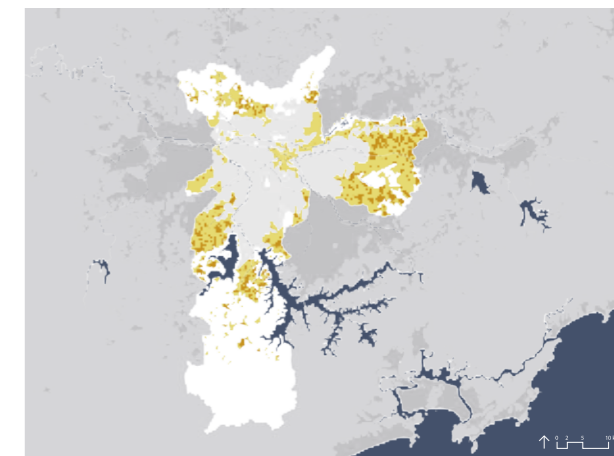
são a verdadeira ponte para a elaboração de um projeto de cidade. A possibilidade de transformação desse projeto em realidade passa pela execução das metas, mas passa também pela continuidade do acompanhamento desses aspectos estratégicos, pela capacidade de ajuste de percurso e, principalmente, pela apropriação desse projeto pela população. O Programa de Metas 2013-2016 pode ser o começo de uma grande mudança. Esperamos que os paulistanos aceitem o convite e nos acompanhem na construção desse novo modelo de planejamento público e compreensão da ação sobre a cidade.

METAS POR ARTICULAÇÃO TERRITORIAL

O Programa de Metas 2013-2016 propõe que o conjunto das ações do Poder Público esteja organizado a partir de uma visão de território e de uma estratégia planejada para a sua ocupação. Como já mencionado anteriormente, são cinco as articulações territoriais que organizam as metas dessa gestão. A seguir rerepresentamos as metas descritas nos eixos temáticos a partir do olhar de cada uma das articulações territoriais. Algumas metas aparecem em mais de uma articulação uma vez que sua execução acontece em diferentes territórios da cidade, e porque a mesma meta pode ser relevante para mais de uma articulação.

1 RESGATE DA CIDADANIA NOS TERRITÓRIOS MAIS VULNERÁVEIS

- Formalizar aproximadamente 22.500 Microempreendedores Individuais (MEIs);
- Inserir aproximadamente 280 mil famílias com renda de até meio salário mínimo no Cadastro Único para atingir 773 mil famílias cadastradas;
- Beneficiar 228 mil novas famílias com o Programa Bolsa Família;
- Implantar 60 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS);
- Implantar 7 Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS);
- Valorizar o profissional da educação por meio da implantação de 32 polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Construir 65 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI);
- Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 243 Centros de Educação Infantil - CEI (71 em andamento com



■ ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL 2010 (PREDOMINÂNCIA DOS GRUPOS 3-6) | SEADE
■ ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | HABISP/SEHAB

- o Governo do Estado e 172 em parceria com o MEC);
- Expandir a oferta de vagas para Educação Infantil por meio da rede conveniada e outras modalidades de parcerias;
- Ampliar a Rede CEU em 20 unidades;
- Ampliar a jornada escolar de 100 mil alunos da Rede Municipal de Ensino, aderindo ao programa federal Mais Educação;
- Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir e instalar 32 unidades da Rede Hora Certa distribuídas em cada uma das subprefeituras;
- Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 3 hospitais, ampliando em 750 o número de leitos os sistema municipal de saúde;
- Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 43 novas Unidades Básicas de Saúde - segundo modelo da UBS Integral;

2 ARCO DO FUTURO

- Reformar e ampliar os serviços de 14 prontos-socorros e 6 AMA (Assistência Médica Ambulatorial) 24h existentes, transformando-os em UPA (Unidade de Pronto Atendimento);
- Implantar 5 novas UPA III (3 hospitalares e 2 isoladas);
- Recuperar e adequar 16 hospitais municipais, com a ativação de 250 leitos.;
- Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e produzir 55 mil Unidades habitacionais;
- Beneficiar 70 mil famílias no Programa de Urbanização de Favelas;
- Beneficiar 200 mil famílias no Programa de Regularização Fundiária;
- Implantar 18.000 novos pontos de iluminação pública eficiente;
- Readequar 34 parques e Unidades de Conservação Municipais;
- Implementar 850 mil m² de passeios públicos acessíveis;
- Criar conselhos participativos nas 32 subprefeituras;
- Ampliar a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, garantindo 100% da frota acessível;
- Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 150 km de novos corredores de ônibus;
- Implantar as novas modalidades temporais de Bilhete Único (Diária, Semanal e Mensal);
- Implantar horário de funcionamento 24 horas no transporte público municipal Implantar 150 km de faixas exclusivas de ônibus;

- Revitalizar os Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI) ampliando a oferta de vagas para crianças com necessidades especiais;
- Criar um sistema de contrapartida para fins de implantação de áreas verdes e financiamento de terrenos para parques;
- Garantir 100.000 vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC);
- Projetar, licitar, licenciar e garantir a fonte de financiamento para execução do Plano Viário Sul;
- Expandir a oferta de vagas para educação infantil por meio dos novos CEUs;
- Obter terreno, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir e instalar uma Casa da Mulher Brasileira em São Paulo;
- Reformular a Operação Delegada utilizando 1/3 do efetivo para o patrulhamento noturno em áreas com altos índices de violência;
- Garantir a oferta de vagas a todas as crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e seu acompanhamento nos moldes do BCP Escola;
- Reestruturar os 5 Centros de Cidadania da Mulher, redefinindo suas diretrizes de atuação;
- Ampliar coleta seletiva municipal para os 21 distritos que ainda não são atendidos;
- Implantar 150km de faixa exclusiva para ônibus;

- Implementar 850 mil m² de passeios públicos acessíveis
- Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e produzir 55 mil unidades habitacionais (TV);
- Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 2 Centros Olímpicos de Iniciação e Formação;
- Criar e efetivar a Agência São Paulo de Desenvolvimento;
- Criar uma agência de promoção de investimentos para a cidade de São Paulo a partir da expansão da atuação da Companhia São Paulo de Parcerias – SPP;
- Criar e efetivar o Programa de Incentivos Fiscais nas Regiões Leste e extremos Sul e Norte;
- Obter terreno, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e instalar 1 Centro Tecnológico Municipal na Zona Leste e apoiar a criação do Centro Tecnológico Estadual do Jaguaré;
- Implantar o Programa VAI TEC (Valorização de Iniciativas Culturais) para o incentivo de desenvolvedores de tecnologias inovadoras, abertas e colaborativas;
- Apoiar a implantação da UNIFESP e do Instituto Federal São Paulo nas Zonas Leste e Norte, respectivamente;
- Criar um sistema de contrapartida para fins de implantação de áreas verdes e financiamento de terrenos para parques;
- Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 150 km de novos corredores de ônibus;
- Implantar 150 km de faixas exclusivas de ônibus;

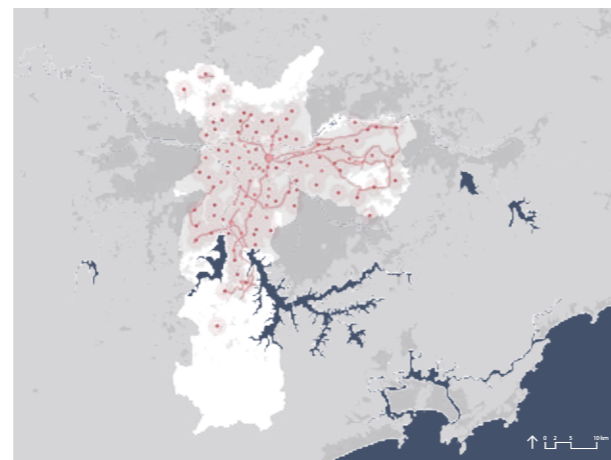
- Implantar uma rede de 400 km de vias ciclovias;
- Realizar as obras previstas no âmbito da Operação Urbana Consorciada Água Espriada (OUCAE);
- Projetar, licitar, licenciar e garantir a fonte de financiamento para viabilizar as obras do apoio viário norte e sul da Marginal do Rio Tietê;
- Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir a ponte Raimundo Pereira de Magalhães;
- Intervir em 79 pontos de alagamentos por meio do Programa de Redução de Alagamentos (PRA);
- Realizar intervenções de macrodrenagem nos córregos Ponte Baixa, Zavuvus, Sumaré/Água Preta, Aricanduva, Praça da Bandeira e Av. Anhaia Mello;
- Desenvolver o programa de drenagem e manejo das águas pluviais, com a criação de uma instância municipal de regulação, articulação e monitoramento da drenagem urbana;
- Implantar horário de funcionamento 24 horas no transporte público municipal;
- Concluir obras do complexo Nova Radial.



3 FORTALECIMENTO DAS REDES DE CENTRALIDADES LOCAIS E DAS REDES DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

- Valorizar o profissional da educação por meio da implantação de 32 polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Ampliar a Rede CEU em 20 unidades;
- Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e produzir 55 mil unidades habitacionais;
- Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir e implantar pelo menos 1 equipamento cultural nos 19 distritos que não possuem qualquer tipo de equipamento público de cultura;
- Alcançar um calendário anual que inclua 1 Virada Cultural no Centro, 2 descentralizadas e mais 3 outros eventos temáticos;
- Viabilizar dois novos Centros Culturais de Referência
- Ampliar a rede de Pontos de Cultura na cidade, com a inclusão de 300 novos pontos;
- Atingir 500 projetos fomentados pelo Programa para Valorização das Iniciativas Culturais (VAI) e pelo VAI 2
- Abrir 32 equipamentos esportivos para uso 24 horas nos finais de semana por meio do programa "Revirando a Virada";

- Requalificar 50 equipamentos esportivos entre Centros Desportivos da Comunidade (CDC) e Clubes-Escola;
- Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir e instalar 5 Centros de Iniciação Esportiva - CIEs;
- Implementar 850 mil m² de passeios públicos acessíveis
- Implantar 42 áreas de conexão wi-fi aberta, com qualidade e estabilidade de sinal;
- Criar 32 programas de requalificação do espaço público e melhoria de bairro;
- Criar 32 Centros de Atendimento ao Cidadão -CAC;
- Implantar uma rede de 400 km de vias cicláveis;
- Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 150 km de novos corredores de ônibus;
- Implantar horário de funcionamento 24h no transporte público municipal;
- Implantar 150 km de faixas exclusivas de ônibus;
- Implantar 84 Ecopontos (Estações de Entrega Voluntária de Inservíveis)



- CENTRALIDADES POLARES | PDE 2002
- CORREDORES DO ÔNIBUS (EXISTENTES E PLANEJADOS) | SMT, SPOBRAS

4 REQUALIFICAÇÃO DA ÁREA CENTRAL

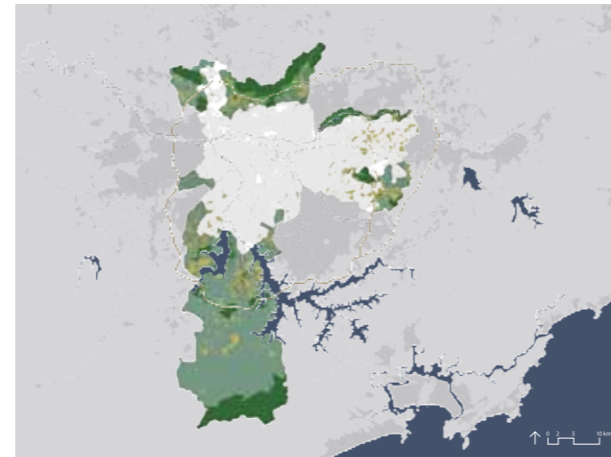
- Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e produzir 55 mil unidades habitacionais;
- Implementar 850 mil m² de passeios públicos acessíveis;
- Criar 1 Parque de Esportes Radicais;
- Reformular a Operação Delegada utilizando 1/3 do efetivo para o patrulhamento noturno em áreas com altos índices de violência;
- Alcançar um calendário anual que inclua 1 Virada Cultural no Centro, 2 Descentralizadas e mais 3 outros eventos temáticos;
- Implantar uma rede de 400 km de ciclovias;
- Ampliar a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, garantindo 100% da frota acessível;
- Requalificar a infraestrutura e os espaços públicos do Centro, incluindo a renovação dos calçadões e projetos estratégicos no Vale do Anhangabaú, Parque D. Pedro II, Pátio do Pari e os arredores do Mercado Municipal;
- Implantar 42 áreas de conexão wi-fi aberta, com qualidade e estabilidade de sinal.



- DISTRITOS CENTRAIS | SMDU
- ZEIS-3 (ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL) | HABISP/SEHAB

5 REORDENAÇÃO DA FRONTEIRA AMBIENTAL

- Inserir aproximadamente 280 mil famílias com renda de até meio salário mínimo no Cadastro Único para atingir 773 mil famílias cadastradas
- Beneficiar 228 mil novas famílias com o Programa Bolsa Família.
- Ampliar a rede de Pontos de Cultura na cidade, com a inclusão de 300 novos pontos.
- Atingir 500 projetos fomentados pelo Programa para Valorização das Iniciativas Culturais (VAI) e pelo VAI 2
- Implantar 18.000 novos pontos de iluminação pública eficiente
- Concluir as fases I e II e iniciar a fase III do Programa de Mananciais, beneficiando 70 mil famílias.
- Integrar os sistemas das diversas instituições municipais para melhor o aproveitamento das informações (Guarda Civil Metropolitana, Companhia de Engenharia de Tráfego, SAMU, Defesa Civil).



- PARQUES PERIFÉRICOS EXISTENTES | SVMA
- PARQUES PERIFÉRICOS PLANEJADOS | SVMA
- MACRO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL | PDE 2002
- ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | HABISP/SEHAB

- Implantar a Central de Operações da Defesa Civil para a gestão de riscos e respostas a desastres;
- Criação de 400 Núcleos de Defesa Civil - NUDEC.
- Criar um sistema de contrapartida para fins de implantação de áreas verdes e financiamento de terrenos para parques;
- Readequar 34 parques e unidades de conservação municipais;
- Ampliar a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, garantindo 100% da frota acessível;
- Implementar todos os Conselhos Gestores previstos em Lei;
- Ampliar a coleta seletiva municipal para os 21 distritos que ainda não são atendidos.